



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004291-89.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **FELIPE PAGNOSSIM FIORI**
 Requerido: **AYMORE CRÉDITO E FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que era proprietário de automóvel adquirido mediante financiamento junto à primeira ré e que estava segurado pela segunda ré.

Alegou ainda que esse veículo sofreu acidente do qual resultou sua perda total, de sorte que almeja à condenação da primeira ré a baixar o gravame inserido sobre ele, ao recebimento de importância a título de seguro e ao ressarcimento dos danos morais que teria experimentado.

A preliminar arguida pela segunda ré em contestação entrosou-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

Pelo relato contido na petição inicial, entendo que os pedidos formulados pelo autor possuem finalidades específicas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nesse contexto, ele deseja que a primeira ré seja condenada a baixar o gravame relativo ao automóvel trazido à colação, bem como que a segunda ré lhe pague a quantia de R\$ 12.000,00 pelo seguro que havia contratado.

Deseja também que ambas as rés sejam condenadas à reparação dos danos morais que suportou.

A análise dos pleitos há de suceder separadamente.

Dessa forma, relativamente ao gravame inserido pela primeira ré, ela não o negou na peça de resistência, mas salientou estar impossibilitada de baixá-lo diante de bloqueio levado a cabo pelo DETRAN em razão do decurso de trinta dias da respectiva inserção sem que fosse diligenciada pelo autor a obtenção de novo documento do automóvel.

Tal argumento não atua em favor da ré, pois o ofício de fl. 234 aponta para direção contrária.

Ele descreve a situação do veículo e faz alusão à intenção de gravame para o autor inserido pela primeira ré, assinalando que esta "*tem atribuição de inserção de exclusão do gravame di sistema nacional*" (parte final do penúltimo parágrafo), sem qualquer óbice.

É relevante notar que a primeira ré não se opôs ao conteúdo desse ofício e sequer se pronunciou a seu propósito, como se vê a fl. 248.

A conclusão que daí deriva é a de que a responsabilidade da primeira ré para a baixa do gravame restou evidenciada, de sorte que sua condenação para fazê-lo se impõe.

Ressalvo desde já, por oportuno, que se oportunamente o autor se vir tolhido de alcançar algum objetivo por eventual bloqueio promovido pelo DETRAN haverá de recorrer às vias próprias para buscar a devida solução, mas esse assunto não tem ligação com a matéria aqui discutida.

Em segundo lugar, examina-se a obrigação da segunda ré em pagar ao autor a quantia de R\$ 12.000,00.

Extraí-se da petição inicial que o autor foi informado de que para receber aproximadamente R\$ 12.000,00 da segunda ré deveria quitar o seu financiamento perante a primeira ré, o que foi feito com o pagamento de R\$ 32.000,00 (fl. 02, primeiro parágrafo).

A segunda ré, todavia, negou que tivesse a obrigação do pagamento aludido em favor do autor, até porque já teria realizado a quitação do seguro (fl. 40, penúltimo parágrafo).

O documento de fl. 20 denota que efetivamente houve à primeira ré o pagamento do valor do seguro no importe de R\$ 32.000,00, o que não foi negado por esta nem mesmo após ser instada especificamente a tanto (fls. 204, 213 e 215).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nele não consta que o autor tivesse feito tal pagamento e nenhum outro dado foi amealhado aos autos a esse respeito.

Outrossim, foi positivado a fl. 249 que ao autor incumbiria o ônus de demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, mas ele não se desincumbiu do mesmo.

Isso porque nada há de concreto que denote a quitação do financiamento por parte do autor, a exemplo do dever da seguradora em indenizá-lo no importe de R\$ 12.000,00.

Restou apurado, ademais, que a segunda ré já fez o pagamento a seu cargo à primeira ré e em consequência cumpriu sua obrigação advinda do contrato de seguro.

Se a primeira ré deveria repassar ao autor o que recebeu da seguradora na totalidade ou parcialmente, essa questão não foi posta pelo autor a análise, de modo que inexistiu possibilidade de aprofundamento a seu propósito.

Sem prejuízo, o que o autor imputou à segunda ré não se delineou, razão pela qual a ação quanto à mesma não vinga.

O último pleito formulado concerne à reparação dos danos morais que o autor teria experimentado e reputo que isso não teve vez relativamente à segunda ré porque não se detectou que tivesse perpetrado algum ato ilícito em prejuízo dele.

Já no que atina à primeira ré, nada justifica que ela não tivesse baixado o gravame mencionado nos autos.

Reunia plenas condições para isso, mas se ficou inerte por largo espaço de tempo e assim impôs ao autor abalo de vulto que vai além do mero dissabor inerente à vida cotidiana.

A primeira ré ao menos na hipótese vertente não dispensou ao autor o tratamento que lhe seria exigível, o que basta à configuração do dano moral passível de ressarcimento.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré **AYMORE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A** a:

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

(1) baixar no prazo máximo de dez dias, **a partir de sua intimação e independentemente do trânsito em julgado da presente**, o gravame inserido a propósito do automóvel tratado nos autos, sob pena de multa diária de R\$ 100,00;

(2) pagar ao autor a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Intime-se de imediato a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação imposta no item 1 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça), sem prejuízo de eventual apresentação de recurso contra a presente.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância mencionada no item 2 supra em quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**